



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/GAPRE/AGEST/NPLAN

ATA DA 1ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA (RAE) DE 2021

Aos sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às quinze horas, realizou-se a primeira Reunião da Análise Estratégica (RAE) de 2021, a fim de apresentar a proposta de projetos a compor a Carteira Permanente de Projetos Estratégicos (CPPE) da Justiça Militar da União (JMU). **Presentes** o Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar (STM) Gen Ex Luis Carlos Gomes Mattos, o Chefe de Gabinete da Presidência Fabiano Souto Martins, o Diretor de Tecnologia da Informação (DITIN) Ianne Carvalho Barros, a Assessora de Gestão Estratégica (AGEST) Raissa Fernandes Marinho, a Supervisora da Seção de Processos (PROCE) Ingrid Vellenich e o Supervisor da Seção de Projetos (PROJE) André Ruiz Evelim. **1) Abertura dos trabalhos:** a reunião foi aberta pela Assessora da AGEST, Raissa Fernandes, que apresentou a finalidade da RAE como parte da sistemática de monitoramento da estratégia da JMU e os tópicos que seriam tratados na reunião. **2) Explanação acerca de cada projeto estratégico priorizado:** dando continuidade à sua apresentação, a Assessora da AGEST discorreu brevemente da relevância das iniciativas estratégicas (projetos e ações de contribuição) para a materialização da estratégia da JMU. Além disso, destacou que os projetos são os grandes responsáveis pelas transformações institucionais e são, muitas vezes, os principais legados deixados pelas gestões à frente da JMU. Logo em seguida, a Assessora deu início à exposição individual de cada um dos quatorze projetos estratégicos sugeridos a compor a CPPE, destacando: o escopo e finalidade da iniciativa; a unidade líder que irá conduzi-la; a duração do projeto; o orçamento já executado e o a executar em 2021. O primeiro projeto apresentado foi o **DOC Digital**, que prevê a digitalização e restauração de documentos do acervo documental histórico do STM. O segundo projeto foi o **PRODESC**, que propõe a descrição arquivística do acervo documental do STM. A Assessora destacou que tanto o DOC Digital quanto o PRODESC são projetos realizados em parceria com o Centro de Treinamento de Educação Física Especial (CETEFE), associação, sem fins lucrativos, que emprega pessoas com deficiências. Em seguida, a Assessora discorreu a respeito dos seguintes projetos: **SEI 5 ANOS**, que propõe implantar a nova versão do SEI e o peticionamento eletrônico nas Auditorias da JMU; **SRH**, que visa a modernização do sistema de recursos humanos da JMU para a automatização das atividades operacionais da Diretoria de Pessoal; **Redimensionamento da Força de Trabalho**, que propõe a estruturação da tabela de lotação de pessoal ideal com base em critérios previamente definidos; **Descentralização Patrimonial**, que objetiva a implantação descentralizada do sistema GEAFIN nas auditorias por meio da capacitação para uso do sistema e saneamento dos bens patrimoniais; **Governança e Gestão das Aquisições**, que visa a melhoria

do processo de aquisição de bens e serviços, incluindo o desenvolvimento de sistema de gestão das aquisições e contratações, bem como a implementação do planejamento anual das contratações; **Gestão de Riscos**, que visa implantar a sistemática de gestão de riscos na JUM; **Identidade Institucional e Novo Portal**, que busca criar e aplicar a identidade corporativa da JMU, bem como modernização do seu Website; **DataJud**, que propõe o encaminhamento dos metadados processuais conforme Modelo de Transmissão de Dados estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); **SEEU**, que propõe a implantação do sistema que centraliza e uniformiza a gestão de processos de execução penal em todo o país; e o **DJEN**, que estabelece a implementação do Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) que substitui os atuais diários de justiça eletrônicos mantidos pelos órgãos do Poder Judiciário. **3) Com a palavra o Diretor da DITIN:** Ianne Barros apresentou os projetos: **Segurança da Informação e Privacidade dos Dados e Redes de Comunicação**. Segundo destacado pelo Diretor, a necessidade da iniciativa voltada à segurança da informação surgiu devido aos ataques cibernéticos ocorridos nos tribunais de justiça em 2020. Além disso, Ianne destacou que há uma necessidade urgente de a JMU se adequar às novas regras estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e pelas resoluções do CNJ. Quanto ao projeto de Redes de Comunicação, o Diretor ressaltou que é fundamental a modernização da infraestrutura de redes da JMU, a fim de assegurar soluções adequadas de TIC no suporte às atividades administrativas e judiciais do STM e da 1ª Instância. **4) Encerramento da apresentação da Proposta:** a Assessora destacou que aqueles eram os projetos que a AGEST consideravam que deveriam constar na CPPE devido ao impacto gerado na estratégia da JMU. Como próximos passos, Raissa Marinho ressaltou que, com a aprovação do Ministro Presidente, a CPPE seria publicada por meio de Ato Normativo e se daria início aos trabalhos de acompanhamento da execução do Planejamento Estratégico 2021-2026. **5) Palavras do Ministro Presidente e encerramento dos trabalhos:** com o uso da palavra o Gen Ex Luis Carlos Gomes Mattos enalteceu a importância das reuniões de análise da estratégia, uma vez que o encontro permite conhecer os trabalhos desenvolvidos pelas áreas e identificar os desafios encontrados pela JMU. Nesse sentido, o Ministro Presidente aprovou a proposta apresentada pela AGEST e requereu o encaminhamento do Ato Normativo que formalizará a criação da CPPE da JMU. Então, nada mais havendo a ser tratado, o Ministro Presidente agradeceu a presença de todos, declarando a reunião encerrada às dezesseis horas e trinta minutos, lavrando-se a presente Ata que será assinada pela Chefe de Gabinete da Presidência, pelo Diretor da DITIN, pela Assessora da AGEST, pela Supervisora da PROCE e pelo Supervisor da PROJE.



Documento assinado eletronicamente por **FABIANO SOUTO MARTINS, CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA**, em 20/04/2021, às 17:41 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **INGRID VELLENICH, SUPERVISOR(A) DA SEÇÃO DE GESTÃO DE PROCESSOS**, em 22/04/2021, às 13:25 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RAISSA FERNANDES MARINHO, ASSESSORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA**, em 22/04/2021, às 13:35 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **IANNE CARVALHO BARROS, DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**, em 23/04/2021, às 13:55 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ RUIZ EVELIM, TÉCNICO(A) JUDICIÁRIO(A) - Área administrativa**, em 23/04/2021, às 15:58 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2163668** e o código CRC **D496DF32**.

2163668v4

Centenário das Circunscrições da Justiça Militar da União (1920 – 2020)